

FAC. DE DIREITO DA U. F. M. G.
Setor de Periódicos



Sumário

F
O CONCEITO KELSENIANO DE DEMOCRACIA E A CRÍTICA À
DEMOCRACIA COMUNISTA
Cláudio Henrique da Silva 19

F
A CRÍTICA DE HEGEL À MORALIDADE KANTIANA
Marco Antônio Sousa Alves 41

F
O HOMEM E O PÓS-MODERNO: "BREVE COMENTÁRIO SOBRE O
PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE HOMEM
COMO INDIVÍDUO NO FIM DO SÉCULO XX"
Pablo Dutra Martuscelli 77

F
DA ÉTICA À HERMENÊUTICA JURÍDICA: UM ENSAIO SOBRE O
JUSTO EM PAUL RICOEUR
Letícia Godinho de Souza 99

F
FAVELAS EM BELO HORIZONTE: A QUESTÃO DA POSSE E DA
PROPRIEDADE DA TERRA URBANA
Ana Rennó dos Mares Guia 133

F
PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO E SUA
CONTEXTUALIZAÇÃO NO MUNDO GLOBALIZADO ATUAL
Ana Carolina Garcia Costa 165

F
CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSFERÊNCIA DOS RISCOS NO
CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO
Leonor Augusta Giovine Cordovil..... 195

<p>☞ A RESPONSABILIDADE CIVIL E O DIREITO BRASILEIRO CODIFICADO ASPECTOS EVOLUTIVOS <i>Cybele Oliveira e Souza de Gouvêa</i></p>	221
<p>☞ O DEVER ALIMENTAR DO CÔNJUGE RESPONSÁVEL PELA SEPARAÇÃO – SUA EXONERAÇÃO <i>Aurélio Caciquinho Ferreira Neto</i></p>	245
<p>☞ DOS DIREITOS AUTORAIS DE SOFTWARE NA INTERNET <i>Cynthia Semíramis Figueiredo Machado</i></p>	259
<p>☞ A APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS DE LEASING <i>Bruno Nominato de Oliveira</i></p>	281
<p>☞ DA EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE BELO HORIZONTE <i>João Paulo Fernandes da Silva</i> <i>Marcos Paulo Amorim</i></p>	303
<p>☞ SOCIEDADE ANÔNIMA: A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS NA ATUAL LEI DE SOCIEDADES POR AÇÕES (LEI N. 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976) <i>Marcelo Augusto Carmo de Vasconcellos</i></p>	323
<p>☞ ENSAIOS SOBRE O NOVO ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei n. 9.841, de 5 de outubro de 1999) <i>Marcelo Andrade Féres</i></p>	351

O CONCEITO KELSENIANO DE DEMOCRACIA E A CRÍTICA À DEMOCRACIA COMUNISTA

Cláudio Henrique da Silva

Sumário

1. Introdução. 2. Os princípios da teoria democrática de Kelsen. 2.1. A liberdade como cerne do conceito kelseniano de democracia. 2.2. A noção kelseniana de povo. 2.3. Os partidos políticos como elementos fundamentais para a formação democrática da vontade do Estado. 2.4. O Parlamento – A representação parlamentar. 2.5. O princípio da maioria. 2.6. A postura filosófico-democrática. 3. Marxismo-leninismo e Kelsen. 3.1. Kelsen e a teoria democrática marxista-leninista. 3.2. A teoria marxista do conhecimento. 3.3. A questão do partido. 3.4. A relação entre democracia e economia. 4. Conclusão. 5. Referências bibliográficas.

1 INTRODUÇÃO

Hans Kelsen foi, sem sombra de dúvida, o jusfilósofo mais influente e relevante deste século. É opinião generalizada que a cultura jurídica do século XX no ocidente foi notavelmente influenciada pelo seu pensamento. E sua obra mais conhecida, a *Teoria Pura do Direito*, não representa, absolutamente, Kelsen em sua inteireza.

Kelsen, além de estudioso e praticante do Direito em altíssimo nível, foi também historiador do pensamento político-jurídico, antropólogo-sociólogo e, finalmente, filósofo político. No que se refere ao seu trabalho de teoria política,